

Tribunal da Relação de Lisboa

Processo nº 1240/17.9T9LSB.L1-3

Relator: MARIA DA GRAÇA DOS SANTOS SILVA

Sessão: 09 Outubro 2019

Número: RL

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: RECURSO PENAL

Decisão: PROVIMENTO

CONSTITUIÇÃO DE ASSISTENTE

PRAZO

Sumário

São vários os prazos para constituição de assistente num processo, de acordo com a fase processual do mesmo.

Decorrido o prazo de constituição de assistente, nos termos do artigo 284º/ CPP, a constituição é subsumível ao disposto na alínea a) do nº 3 do artigo 68º/ CPP.

Texto Integral

Acordam no Tribunal da Relação de Lisboa

I – Relatório:

Indeferida que foi a constituição como assistente de SC..., veio a mesma recorrer do referido despacho, concluindo as alegações nos termos que se transcrevem:

« A. O Ministério Público notificou a Ofendida do despacho de acusação em 21/09/2018 para, querendo, se constituir Assistente.

B. No entanto, não pretendeu a Ofendida, naquele momento, constituir-se como Assistente.

C. Ocorre que o Arguido veio requerer a abertura de instrução em 17/10/2018.

D. Consequentemente, e já em fase de instrução, entendeu a Ofendida que seriam melhor garantidos os seus direitos assumindo a posição de sujeito processual, para que pudesse colaborar no processo de forma mais ativa.

E. Nestes termos, em 31/10/2018, requereu a sua constituição de assistente, mais informando o Douto Tribunal que concordava com os moldes em que o Ministério Público deduziu a acusação, aceitando o processo nos termos em

que se encontrava.

F. Ocorre que o mesmo não foi admitido pelo Meritíssimo Juiz de Instrução Criminal por entender que "uma vez que a ofendida veto deduzir acusação (...) o prazo para requerer a constituição de assistente seria de 10 dias após a notificação da acusação (que ocorreu em 21/09/2018).

G. Ora, em primeiro lugar, o Requerimento apresentado pela ora Ofendida não pode ser considerado como acusação, na medida em que a mesma pretendeu apenas informar o Douto Tribunal que aceitava e concordava com o processo nos moldes em que se encontrava e, por isso, com a acusação que o Ministério Público deduziu.

il. Em segundo lugar, tendo a mesma requerido a constituição de assistente na fase de instrução, resulta claro que o prazo aplicável In casu é o consagrado no artigo 68º, n.º 3, alínea a), ou seja, cinco dias antes ao Início do debate instrutório que, nos presentes Autos, ainda não teve Início.

1. No mais, mesmo que se considere que o Requerimento apresentado pela Ofendida contempla ainda acusação, deve o mesmo ser desconsiderado por extemporâneo, pelo que em caso algum deverá o mesmo ter o efeito preclusivo do direito da Ofendida se construir como Assistente, na medida em que a lei consagra essa possibilidade em outros momentos processuais, in casu, na fase de instrução, desde que com uma antecedência de 5 dias do início do debate instrutório.

J. Razão pela qual o Requerimento em apreciação foi apresentando atempadamente, não havendo fundamento legal, s.m.o. para a sua rejeição, Nestes termos e nos mais de Direito que V/Exa. Mui doutamente suprirá, requer-se seja o presente Recurso admitido e, conseqüentemente:

- a) Seja revogado o despacho com referência n.º 387886119 e substituído por outro que admita à Ofendida intervir nos Autos na qualidade de assistente;*
- b) Seja o processo declarado suspenso nos termos do artigo 408.2, n.º 1 primeira parte ou, caso assim não se entenda, seja a decisão recorrida declarada suspensa, com todas as conseqüências legais; ».*

Contra-alegou o Ministério Público, concluindo as respectivas alegações nos seguintes termos:

«1. Manifestando-se no requerimento de constituição de assistente que "No mais, e na sequência da notificação com referência n.º 37952861 referente ao despacho de acusação proferido pelo Ministério Público, à qual adere integralmente, vem oferecer o merecimento dos Autos, indicando como prova a que já consta dos Autos e a testemunha arrolada pelo Digníssimo Ministério Público.", toma-se posição quanto à acusação do Ministério Público e à prova nela indicada, ou seja adere-se à acusação do Ministério Público, de acordo

com o disposto no art. 284.5, n.2s 1 e 2, al. a), do CPP.

2. A adesão à acusação do Ministério Público não está sujeita a formalismos.

3. A tratar-se de uma mera informação a mesma seria inócua para os autos.

4. Acresce, que a tratar-se de uma mera informação nunca os termos utilizados poderiam ser aqueles que foram, bastando à ora Recorrente, nesse requerimento, afirmar que aceitava os autos no estado em que se encontravam, como prevê o art. 68.º, n.º 3, al. a), do CPP.

5. Ao tomar posição deveria a Recorrente ter requerido a constituição como assistente no prazo de 10 dias após a notificação da acusação, como disposto nos termos conjugados dos arts. 68.º, n.º 3, al. b) e 284.º, n.ºs 1 e 2, al. a), ambos do CPP.

6. Tendo excedido esse prazo não pode ser admitida a constituição como assistente da ora Recorrente, pelo que não merece qualquer censura a decisão da Mma JIC.».

Contra alegou o arguido, RC..., concluindo nos seguintes termos:

«A) A Recorrente, em 02/11/2018, aderiu, integralmente, à acusação proferida pelo Ministério Público;

B) A Recorrente não faz uma simples referência à concordância à acusação;

C) A Recorrente, que aderiu à acusação do Ministério Público, estava adstrita ao prazo legal de 10 dias para o fazer, bem como para se constituir Assistente, nos termos do artigo 68º, nº 3, alínea b) do CPP e artigo 284º do mesmo diploma, por remissão;

D) A Recorrente apresentou o requerimento passado os 10 dias após a notificação da acusação deduzida pelo Ministério Público, pelo que foi recusado, por extemporâneo;

E) O artigo 68º, nº 3 do CPP baliza a constituição de assistente através do estabelecimento de critérios formais e temporais;

F) O direito de constituição de assistente não é pleno foi precludido;

G) A Recorrente estava adstrita ao prazo processual de 10 dias, após a notificação da acusação do Ministério Público, para a sua constituição de assistente;

H) Andou bem o despacho recorrido ao não ter admitido a intervenção da Recorrente na qualidade de Assistente.

Nestes termos e nos melhores de Direito, que por certo V. Exas. doutamente suprirão, deve o recurso apresentado pela Recorrente ser considerado improcedente por não provado e, em consequência, mantida inalterada o duto despacho recorrido.».

Nesta instância, o Exmº Procurador-Geral Adjunto colocou visto.

II- Questões a decidir:

Do artº 412º/1, do CPP resulta que são as conclusões da motivação que delimitam o objecto do recurso e consequentemente, definem as questões a decidir em cada caso ([1]), exceptuando aquelas questões que sejam de conhecimento oficioso ([2]).

A questão colocada pelo recorrente é a tempestividade do seu pedido de constituição como assistente.

III- Fundamentação de facto:

1- A 21/09/2018 SC... foi notificada da acusação proferida pelo MP e para, querendo, se constituir assistente, no prazo previsto no artigo 68º/3 b) do CPP.

2- A 17/10/2018 o arguido requereu a abertura de instrução.

3- A 2/11/2018 SC... declarou aderir integralmente à acusação de deduzida pelo MP e requerer a sua constituição como assistente - fls. 459 e 476.

4- Ouvido o MP, pronunciou-se nos seguintes termos:

« SC... requereu a constituição como assistente em 02/11/2018, decorrido o prazo de 20 dias após a sua notificação do despacho de acusação, conforme decorre de fls. 421 e 459 e do disposto no art. 68.º, n.º 3, al. b), segunda parte, do CPP.

Quanto ao apoio judiciário concedido na modalidade de dispensa do pagamento de taxa de justiça e demais encargos com o processo cremos que a data da sua concessão, porque referindo-se a estes autos, tratar-se-á de 07/11/2018 e não 07/11/2017, como consta da informação do ISS, e corresponde ao pedido de fls. 460, formulado em 31/10/2018.

Desta forma, de acordo com o disposto na segunda parte da al. b) do n.º 3 do art. 68.º do CPP promovemos se indefira a admissão como assistente.».

5- Ouvido o arguido, pronunciou-se nos seguintes termos:

« 1. A Queixosa, ao abrigo do artigo 68º, nº 3 do CPP, apresentou requerimento de constituição de Assistente, em 02 de Novembro de 2018.

2. Contudo, o seu requerimento de constituição de assistente não pode ser admitido, porquanto:

3. A Queixosa requereu a sua constituição de Assistente, nos termos do artigo 68, nº 3 CPP, porém, sem precisar ao abrigo de que alínea o fez.

4. Sendo certo que, de acordo com a alínea a) do mencionado artigo, a Queixosa apenas o poderá requerer até cinco dias antes do início do debate instrutório ou da audiência de julgamento,

5. A verdade é que, nos termos da alínea b) do mesmo artigo, "Nos casos do artigo 284.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 287º, no prazo estabelecido para a prática dos respectivos actos".

6. Ou seja, dispõe o artigo 284º, nº 1, alínea b) do CPP que a acusação do Assistente pode limita-se à mera adesão à acusação do Ministério Público.
7. Sendo que, nesses termos, o prazo para o fazer é de 10 dias após a notificação do Ministério Público.
8. Ora, foi exactamente isso que a Queixosa fez, ao ter aderido integralmente à Acusação do Ministério Público.
9. Mas, considerando que a Queixosa foi notificada da Acusação a 14 de Setembro de 2018 e mesmo admitindo que não recebeu a notificação naquela mesma data, em 02 de Novembro de 2018 já se encontrava ultrapassa o prazo de 10 dias, em larga escala.
10. Pelo que, foi o requerimento de constituição de assistente extemporâneo.
11. Por outro lado, nos termos do artigo 8º do Regulamento das Custas Processuais, a constituição de Assistente exige pagamento de taxa de justiça, no montante de 1 UC, cujo seu comprovativo de autoliquidação deverá ser junto aos autos com a apresentação do requerimento.
12. A Queixosa não junta qualquer comprovativo de pagamento, limitando-se, apenas, a juntar requerimento de protecção jurídica, apresentado no dia 31 de Outubro de 2018, sem que seja possível visualizar qual a modalidade e a finalidade requerida.
13. A Segurança Social veio esclarecer aos autos que foi o pedido de protecção jurídica foi apresentado em 07/11/2017 e que o mesmo foi-lhe deferido.
14. Contudo, esse pedido não ser coincidente com o ora solicitado pela Queixosa, alegadamente em 31 de Outubro de 2018 pois, se assim não fosse, não teria a Queixosa necessidade de solicitar um outro pedido à Segurança Social.
15. Por fim, e por mera hipótese académica, de ter ocorrido um lapso no dia, isto é, querendo a Segurança Social ter dito 07/11/2018, ao invés de 07/11/2017, mais se confirma que a Queixosa apresentou requerimento de constituição de assistente sem ter feito competente prova do pagamento da taxa de justiça, ou da apresentação do pedido de protecção jurídica.
16. Por todo o exposto, não deverá o requerimento de constituição de assistente apresentado pela Queixosa admitido, com todas as legais consequências.».

6- O despacho recorrido contem-se nos seguintes termos:

«Vem o arguido RC... requerer que a ofendida SC... não seja admitida como assistente.

Alega, em síntese, que o requerimento é extemporâneo, tendo em conta que a ofendida requereu a constituição como assistente, nos termos do disposto no artº. 68º nº.3 CPP, sem indicar a alínea desse preceito legal, mas como aderiu

a acusação do MP tinha o prazo de 10 dias, após a notificação da acusação, para requerer a sua constituição como assistente, nos termos dos artºs. 68º n.º.3 b), 284º e 287º n.º.1 b) CPP, prazo que foi ultrapassado.

Mais alega que, por outro lado, a ofendida apresentou o seu requerimento sem juntar a prova do pagamento da taxa de justiça ou da apresentação do pedido de proteção jurídica, uma vez que a Segurança Social esclarece que o pedido foi apresentado em 7/11/2017 data que não é coincidente com o pedido que a ofendida alega ter feito em 31/10/2018.

O MP pronunciou-se pelo indeferimento da constituição de assistente.

Vejamos.

A ofendida foi notificada em 21/9/2018(fl. 421 e 426) da acusação do MP e para, querendo, se constituir assistente, no prazo previsto no artº. 68º n.º.3 b) CPP.

A ofendida veio, em 2/11/2018, aderir integralmente a acusação de deduzida pelo MP e requerer a sua constituição como assistente - fls. 459 e 476.

Dispõe o artº. 68º n.º.3 b) CPP que os assistentes podem intervir em qualquer altura do processo, aceitando-o no estado em que se encontrar, desde que o requeiram ao juiz, nos casos do artº. 284º e alínea b) do n.º.1 do artº. 287º no prazo estabelecido para a prática dos respetivos atos.

Nos termos do disposto no artº. 284º n.ºs. 1 e 2 a) CPP, a ofendida pode deduzir acusação até 10 dias após a notificação da acusação do MP sendo que a acusação do assistente pode limitar-se a mera adesão a acusação do MP - artº. 284º n.ºs. 1 e 2 a) CPP.

Uma vez que a ofendida veio deduzir acusação (na forma de simples adesão a acusação do MP) o prazo para requerer a constituição de assistente seria de 10 dias após a notificação da acusação (que ocorreu em 21/9/2018) do MP. Ora, quando apresentou o requerimento em 2/11/2018, o prazo de 10 dias estava ultrapassado.

No que respeita a data em que o pedido de apoio judiciário terá sido apresentado na Segurança Social a data será 31/10/2018, como consta da cópia junta pela ofendida verificando-se um mero lapso na informação da Segurança Social de fls. 476 quando refere 7/11/2017.

Assim, não admito a ofendida a intervir nos autos na qualidade de assistente».

V- Fundamentos de direito:

A queixosa pretende que se considere tempestivo o seu requerimento para constituição de assistente mediante o argumento de que declarou aderir à acusação do MP «a título meramente informativo», não consubstanciando tal declaração uma acusação, pelo que o prazo que se aplica é o referido na alínea a) do nº 3 do artigo 68º/CPP, ou seja, até cinco dias antes do início do debate

instrutório ou da audiência de julgamento.

Nos termos do artigo 284º/CPP o assistente pode acusar pelos factos acusados pelo MP, podendo tal acusação limitar-se a mera adesão à acusação do MP.

Daqui se retira que a lei tanto considera a existência de uma acusação quando ela é formulada autonomamente da feita pelo MP como quando o assistente declara aderir à acusação, sem mais. Questão é que o ofendido se tenha constituído como assistente.

No caso, decorrido que foi o prazo de adesão à acusação deduzida pelo MP não se pode considerar que a declaração de adesão tenha produzido quaisquer efeitos úteis no processado.

Logo, no que concerne ao pedido de constituição como assistente, não se pode considerar que o mesmo tenha sido formulado no âmbito do prazo do artigo 284º/CPP. Esse requerimento foi apresentado muito depois do prazo concedido para o efeito, ou seja, perfeitamente desgarrado do momento em que a declaração de adesão à acusação, poderia produzir qualquer efeito útil no processo e, conseqüentemente, o pedido de constituição é apenas subsumível ao disposto na alínea a) do nº 3 do artigo 68º/CPP.

Resolvida a questão da data do pedido de apoio judiciário, nos termos em que o despacho recorrido o refere, há que declarar procedente o recurso e admitir a constituição da ofendida como assistente nestes autos.

VI- Decisão:

Acorda-se, pois, concedendo provimento ao recurso, em revogar a decisão e em admitir a ofendida como assistente nos presentes autos.

Custas pelo arguido, fixando-se a taxa de justiça em 1 uc.

Lisboa, 9/ 10/2019

Maria da Graça M. P. dos Santos Silva

A. Augusto Lourenço

[1] Cf. Germano Marques da Silva, em «Curso de Processo Penal», III, 2ª edição, 2000, pág. 335, e Acs. do S.T.J. de 13/5/1998, em B.M.J. 477-º 263; de 25/6/1998, em B.M.J. 478º-242 e de 3/2/1999, em B.M.J. 477º-271.

[2] Cf. Artºs 402º, 403º/1, 410º e 412º, todos do CPP e Ac. do Plenário das Secções do S.T.J., de 19/10/1995, D.R., I - A Série, de 28/12/1995.